



# PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

---

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora

Ano 2019



# PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

---

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	Processos políticos que envolvem a produção e organização do espaço [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-889-2 DOI 10.22533/at.ed.892192312  1. Geografia humana – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.  CDD 304.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

É sabido que o seres humanos se organizam no tempo-espaço e modificam-se a partir das respectivas relações sociais de dada a conjuntura histórica. Nesse sentido, evidencia-se a modificação das paisagens naturais transformadas milenarmente, no Brasil e no mundo, que foram determinadas por padrões socialmente construídos e balizadas por avanços científicos e tecnológicos. Entretanto, não podemos perder de vista que as transformações geográficas são intrínsecas aos processos de organização da sociedade, sobretudo no que tange a geopolítica e os contextos: histórico, cultural, social, econômico e político.

O livro “Processos Políticos que envolvem a Produção e Organização do Espaço” é composto por oito artigos, que tratam de diferentes situações locais articulados as mudanças globais. Para tanto, foi subdividido em dois blocos centrais, o primeiro composto por aspectos relacionados à globalização e análises internacionais. E no segundo os autores tratam de casos da realidade brasileira.

De maneira introdutória os autores realizaram análise acerca da transformação da paisagem, abordando aspectos relacionados ao desenvolvimento local, regional e necessidade de adequações aos parâmetros globais, a chamada globalização. De mais a mais, os autores narram às fragilidades dos ajustamentos locais mediante as necessidades globalizadas, que perpassam a configuração do mercado, consumo, valor e lucro, sobremaneira por ser tratar de uma sociedade inerente à ordem capitalista.

Esse foi o “start” da discussão internacional, que aborda questões relacionadas a fronteiras territoriais e outras situações da contemporaneidade, inicialmente exibindo a experiência das cidades localizadas na República Dominicana e no Haiti, e, posteriormente discorrendo sobre os conflitos geopolíticos por recursos minerais no Congo, oportunizando a apresentação da construção histórica deste país.

O segundo bloco é composto por textos que versam sobre a realidade brasileira. Apresentando experiências dos Estados Mato Grosso do Sul, Maranhão, São Paulo (Santos), Rio de Janeiro (Resende) e também uma análise regional. Neste bloco a discussão permeou aspectos sobre a construção da educação e memória geográfica do Brasil, o processo de desenvolvimento urbanístico das relações sociais, o avanço tecnológico e reflexões sobre o processo da globalização. Abordando ainda a discussão sobre indígenas, camponeses e quilombolas.

Além disso, os autores evidenciam a construção do espaço urbano, que foi analisada sob a ótica da desproteção do Estado e respectivas mazelas sociais, que são engendradas ao processo de urbanização e industrialização. Os últimos capítulos revelam estudos de casos em cidades da região sudeste do Brasil, os quais refletem os diferentes tipos de situações associadas à (re)configuração das cidades, conformação das grandes metrópoles, reestruturação produtiva, expansão urbana e dinâmica das transações imobiliárias.

Neste livro, o leitor poderá aproximar-se da discussão da organização do espaço,

inclusive com ponderações sobre os diferentes momentos históricos e processos transversais. Cabe destacar que o assunto é mundialmente pertinente e atual, uma vez que as problemáticas vivenciadas por todos os países influem também nas relações exteriores, tal como a situação dos refugiados. Logo, reafirma-se a relevância de analisarmos a construção do espaço e aspectos documentadamente inerentes.

Afinal, para compreendermos aspectos presentes no contexto atual faz-se necessário aprendermos o desenrolar das conformações históricas da sociedade, que justificam os padrões construídos e as modificações milenares, e, fundamentam a construção do conhecimento da atualidade. Embora essa afirmação seja inequívoca, com as fragilidades do contexto atual faz-se necessário reafirmarmos as obviedades. Sendo assim, ratifico a importância desta leitura, que evidencia análises imprescindíveis e contemporâneas.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM – O SACRIFÍCIO LOCAL PELO ZELO GLOBAL	
Geovana Freitas Paim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS, DELIMITAÇÃO SOCIOESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE JIMANÍ (REPÚBLICA DOMINICANA) E POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/ FONDS-PARISIEN (HAITI)	
Guerby Sainté	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
CONGO: CONFLITOS GEOPOLÍTICOS POR RECURSOS MINERAIS	
Dante Severo Giudice	
André Lucas Palma Barbosa	
Cíntia Silva de Jesus	
Mariana Oliveira Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
AS TECNOLOGIAS E A RELAÇÃO LOCAL-GLOBAL: DISCUTINDO DIVERSIDADE E CONFLITOS NA DISCIPLINA DE GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES	
Jaqueline Machado Vieira	
Rodrigo Simão Camacho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA	
Diego Armando de Sousa Paz	
Fernanda Ferreira Silva Sanches	
Allison Bezerra Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
IDEAL DE CONSUMO E URBANIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS FACES NAS METRÓPOLES DO SUDESTE BRASILEIRO	
Kauê Santos Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>86</b>
PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, OS SISTEMAS POLÍTICOS E A PRIMAZIA DA CIDADE DE SANTOS, SP	
Hilmar Diniz Paiva Filho	
Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923127</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>97</b>
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL E EXPANSÃO URBANA EM RESENDE- RJ	
Marília Baldo Simões	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8921923128</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>110</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>111</b>



## ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS, DELIMITAÇÃO SOCIOESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE JIMANÍ (REPÚBLICA DOMINICANA) E POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/FONDS-PARISIEN (HAITI)

**Guerby Sainté**

Universidade Estadual de Campinas,  
Departamento de Geografia  
Campinas – São Paulo

TRANSBORDER AREAS, SOCIO-SPATIAL AND TERRITORIAL DELIMITATION OF THE STATE: THE CASE OF THE CITY OF JIMANÍ (DOMINICAN REPUBLIC) AND BORDER POST OF MALPASSE / FONDS-PARISIEN (HAITI)

**RESUMO:** Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma discussão sobre a fronteira entre o Haiti e a República Dominicana partindo de uma reflexão sobre as zonas de fronteiras e a dinâmica socioespacial e territorial no caso da cidade de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien. Essas relações mantidas na fronteira dos dois países são relevantes para a dinamização socioespacial e a formação territorial nas escalas nacionais dos Estados. Percebermos que a dinâmica da economia local criada na fronteira permite que as populações comercializem bens e serviços, tornando-se atrativas ao se observar o movimento da mercadoria binacional. Buscamos, então, analisar, por processo de abertura e fechamento da fronteira, os principais papéis da fronteira na política da economia urbana voltada a uma desaceleração ou aceleração da economia das cidades fronteiriças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira, Estado, território nacional, população de fronteira.

**ABSTRACT:** This work has as main objective to carry out a discussion about the border between Haiti and the Dominican Republic. Starting from reflection on the zones of sources and the socio-spatial and territorial dynamics in the case of the city of Jimaní and the border post of Malpasse/Fonds-Parisien. These relations maintained at the border of the two countries are relevant for socio-spatial dynamization and territorial formation in the national scales of the States. We realize that the dynamics of the local economy created at the border allows the populations to market goods and services, becoming attractive when observing the movement of the binational merchandise. We seek to analyze, by process of opening and closing the frontier, the main roles of the frontier in the urban economy policy aimed at a slowdown or acceleration in the economy of the border cities.

**KEYWORDS:** Border, State, national territory, border of population...

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir sobre as zonas transfronteiriças como uma delimitação socioespacial e territorial do Estado, tendo como foco a cidade de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien. Alguns autores, como Ancel (1938), Foucher (1991), Raffestin (1974), Mezzadra (2016), Alfonso (2005) trazem uma abordagem de que a fronteira é considerada uma linha que delimita dois Estados soberanos, marcando como um espaço de sobrevivência e de limite da jurisdição do poder estatal no território. Esse espaço ou território representa um elemento fundamental (coração) da questão geopolítica e geoestratégica. Portanto, trata-se de um espaço que é proibido, perdido, cobiçado, negociado, sonhado e controlado, mantendo relações de trocas e de dominação entre as nações.

## ESTADO, TERRITÓRIO, ZONAS DE FRONTEIRAS DA CIDADE DE JIMANÍ E O POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/FONDS-PARISIEN

A fronteira pode ser considerada como uma linha que limita o espaço sobre o qual se estende a soberania nacional (GOTTMANN, 1975). Nesse contexto, Raffestin (1993) ressalta que a noção de fronteira no Estado moderno atingiu um controle territorial absoluto. Para que isso se realizasse de tal forma, ela tem de cumprir uma série de exigências específicas, dentre as quais a mais relevante é a linearização da fronteira. A prática de linearização é uma das ferramentas e políticas importantes para a delimitação das fronteiras territoriais de dois Estados. Porém, para que esses Estados possam existir, precisam de uma população que se estabeleça num território para exercer sua própria soberania. Para Foucher (1991), as concepções de fronteiras podem ser representadas como as continuidades territoriais, com função de demarcação política. Elas são instituições estabelecidas por decisões políticas, concertadas ou impostas, e regidas por textos legais que permitem que o Estado exerça sua função de controle.

Nesse contexto, a fronteira exerce um papel na história política entre os Estados nacionais e do limite de soberania de poderes, ela se encarrega do vivido e das interações entre as populações em zonas de fronteiras. Além disso, a noção de fronteira é vinculada à percepção do território como uma instância político-administrativa formal, sob o domínio do Estado (FERRARI, 2014). Essa concepção de dominação vem concebendo a fronteira e o território numa outra dimensão, que envolve visões mais amplas, incluindo aquelas não hegemônicas, e se opõem ao próprio Estado.

Segundo Cataia (2008), é necessidade de controle sobre o território que emerge as noções de fronteiras, manifestando-se como a expressão espacial do uso político do território. Para Raffestin (1974), a fronteira é, de fato, um lugar da realização de um sistema de relações, de disputas e de poder. Ademais, a fronteira não resulta apenas do equilíbrio, ela também é modelada nas forças vitais de dois povos. Ela é plástica porque tem um valor relativo simples, de acordo com a função efêmera que lhe é

atribuída pelo grupo que enquadra e por um tempo que a mantém. Assim, ela pode parecer apenas um limite suave e temporário, às vezes rígida e permanente, para as atividades de uma sociedade.

No âmbito de estudo da zona de fronteira, a questão que se considera aqui é a fronteira de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/ Fonds-Parisien, entre dois Estados soberanos. O Município de Jimaní possui uma área de 2.006,39 km<sup>2</sup> e, em 2016, contava com uma população total de 16.510 habitantes. A cidade mais próxima do posto fronteiriço de Malpasse é Fonds-Parisien, que, em grande medida, mobiliza o posto nos momentos de troca de mercadorias. Essa cidade tem uma área de 493,7 km<sup>2</sup> e há uma população de 28.207 habitantes (IHSI, 2015). No Sul, o posto fronteiriço de Malpasse e a cidade de Jimaní são atravessados pela Rota Nacional nº 8, que faz a conexão entre as capitais Porto Príncipe e Santo Domingo (Mapa 1).



Mapa 1. Localização geográfica de Jimaní e Posto fronteiriço de Malpasse.

Fonte: Une Île, deux États (THEODAT, 1998; SAÏNTE, 2018).

Em decorrência dessa análise, Cataia (2008) salienta que a delimitação político-administrativa estadual ou municipal, instituída nas fronteiras territoriais de um Estado ou de um país, estabelece um conjunto de planejamento e planos políticos e ações diversificadas. Ainda, podemos observar que esses planos políticos hegemônicos, que, na realidade, não são hegemônicos integralmente de um território nacional ou de um país, apresentam incompatibilidade. Tais mecanismos permitem, de fato, criar as fronteiras internas. Dessa forma, essas desintegrações se outorgam e, portanto, existem fronteiras internas geralmente concebidas através de projetos diferentes.

Na análise de Redon (2010), a fronteira passa a ter a distinção de ser legível na paisagem da ilha. Esta visibilidade deve-se, por um lado, às diferenças na exploração da área e, apresenta uma cobertura vegetal menos densa no lado haitiano, e, por outro lado, à vontade política das autoridades dominicanas, ansiosas por demarcar claramente o território nacional. No lado dominicano, nota-se a onipresença militar

nas fronteiras, que provoca impressão de sacralidade do território. Observa-se que as rotas que conduzem ao Haiti são marcadas com postos militares marcados por lombadas e barreiras removíveis.

Na realidade, é um lugar de interatividade entre duas populações movidas pelo processo de abertura e fechamento das fronteiras, de movimento de fluxo de pessoas, de migração, de mercadorias e de comércio que circulam e se estabelecem na zona de fronteira (REDON, 2010), que, às vezes provoca algumas disputas e problematizações devido à sua abertura e ao seu fechamento ocorrendo na região de fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana.

## **ABERTURA E FECHAMENTO DA FRONTEIRA: PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIOESPACIAL E FLUXOS DEMOGRÁFICOS**

A fronteira entre Jimaní e Malpasse/Fonds-Parisien é um dos pontos de fronteira mais dinamizados e movimentados em relação a fluxo de pessoas e de cargas e mercadorias. Além disso, essas fronteiras representam um lugar estratégico para os dois países, que são historicamente desiguais. Assim, a via de transporte é praticamente um meio natural no exercício de intercâmbio entre o Haiti e a República Dominicana, que segundo Hidalgo (2013), nenhum dos países havia estabelecido um regulamento de trânsito terrestre transfronteiriço comum, como ocorre entre a maioria dos países adjacentes e entre os Estados circunvizinhos. Ademais, segundo Machado (2005), a região de fronteira internacional pode ser apresentada como uma posição geográfica singular, dada sua proximidade à linha-limite que separa os Estados. Portanto, ela é determinada como um lugar de interatividade, de encontro, de conflitos, de comunicação, e também onde ocorre um conjunto de sistemas territoriais assimétricos, de nacionalidades e de culturas diferentes dentro de um determinado espaço territorial e de interações socioespaciais.

Por meio dessas interações socioespaciais, de relações econômicas e políticas estabelecidas entre os Estados, a fronteira passa a existir e ter vida, funciona como um espaço permeável, membranoso, poroso, possibilitando o trânsito de diferentes componentes, apresentando uma feição categoricamente seletiva. É da “natureza” da fronteira que nela ocorram a passagem ou a interdição, o fluxo de movimento de pessoas, de troca de informação, de ideias, e pode ser interferida numa esfera de comunicação, com eventuais ruídos, estados de consciência, de substâncias, de objetos (SILVEIRA, 2005).

Os níveis de desenvolvimento, a abertura fronteiriça afeta a irradiação de uma economia de serviços, situação que faz o comércio tornar-se a atividade primária, ou seja, a dinâmica que condiciona o restante dos setores e proporciona as cotas mais altas de renda e empregos. Conseqüentemente, a vida urbana também prevalece, o que, em alguns lugares como o Norte e o Sul, induz o surgimento de pequenas cidades que funcionam como enclaves de serviços, de modo que essas populações

mantenham interações na região de fronteira (ALFONSO, 2005).

Portanto, as interações espaciais podem ser pensadas como uma parte integrante da existência de reprodução e de processos de transformação social, de deslocamento de pessoas, de mercadorias, de capital, de informação no espaço, em conformidade com a informação do espaço geográfico e do território (CORRÊA, 1997). Porém, esses lugares que sofrem essa transformação são representados por horizontalidades e verticalidades. Assim, as relações de horizontalidade, de um lado, podem ser determinadas pelos serviços que a cidade oferece em sua circunvizinha e que permitem os fluxos de movimentos da população, como comércio especializado, educação, circulação de mercadoria, serviços públicos, dentre outros (SANTOS, 1996).

Por meio de configuração do espaço geográfico e territorial, Mezzadra (2015) aponta que o processo de fortalecimento e atravessamento da fronteira pode ocorrer em um momento no qual um conjunto de práticas de subjetividade pode entrar em conflito com as funções de regulamento dos fluxos desenvolvidos pela fronteira, questionando desse específico equilíbrio, que é objetivo de um sistema de controle de fronteira entre os dois Estados. Porém, a proliferação e a heterogeneidade das fronteiras no período da globalização colocam em crise uma diversificação entre interno e externo, componentes centrais da política e do direito internacional atual. Para Souza e Gemelli (2011), essa crise no modelo de Estado representa-se na limitação da eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, na ampliação das desigualdades em todos os níveis e em todos os lugares, na velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais. Ao dizer que as fronteiras se abrem aos produtos e se fecham aos homens, aumenta a impossibilidade do funcionamento do território em toda parte, com implicações diretas sobre a sobrevivência dos indivíduos.

Para Machado (2005), essa identidade da zona transfronteira é, a priori, o que a diferencia da fronteira em relação ao hinterland, geralmente um espaço consolidado do Estado territorial e nacional. A fronteira é caracterizada como um lugar das possibilidades em oposição aos espaços que já foram apropriados e organizacionalmente obstinados à mobilidade. Essa mobilidade, de acordo com Castillo (2017), pode ser efetuada pelo processo de migração e de acessibilidade de uma adaptação de um espaço urbano às necessidades das pessoas com diferentes tipos de limitação. Tal processo de mobilidade é determinado como um domínio associado à demografia. Portanto, ela passa a ser expandida por processo de movimentação e de locomoção que envolve a capacidade dos agentes, tais como fluxo de pessoas e empresa que fazem movimentar bens e serviços, além das informações produtivas. Assim, esse fluxo de movimentação de agentes é mediado por seu poder político e/ou econômico de desencadear fluxos materiais e informacionais.

Mezzadra (2015) relata que a fronteira não é uma coisa; na verdade, mantém uma relação social mediada pelas coisas. Isso significa que as fronteiras são instituições sociais complexas, às vezes, marcadas por tensões que se desenvolvem entre práticas de atravessamento e de fortalecimento. No decorrer de sua importância de

movimento de pessoas no atravessamento de fronteiras, há uma mobilidade relevante nas dinâmicas fronteiriças, isto, não é apenas dos objetos em trânsito, mas também dos atores políticos globais, dos Estados, das agências de governança, de capital e de controle de fluxos de pessoas.

Assim, as cidades de fronteira passam, às vezes, por uma série de problemas devido à falta de estrutura. Nesse sentido, as condições da passagem são drasticamente afetadas por eventos naturais, como, por exemplo, a inundação do Lago Azuei, que, no período de grande pluviosidade, inunda a região de fronteira de Jimaní e Malpasse/Fonds-Parisien, incluindo casas, prédios do governo e a rodovia que liga os dois países. Esse problema, contudo, não gera conflitos que obrigam os Estados a concordar com a necessidade de normatizar o transporte (HIDALGO, 2013).

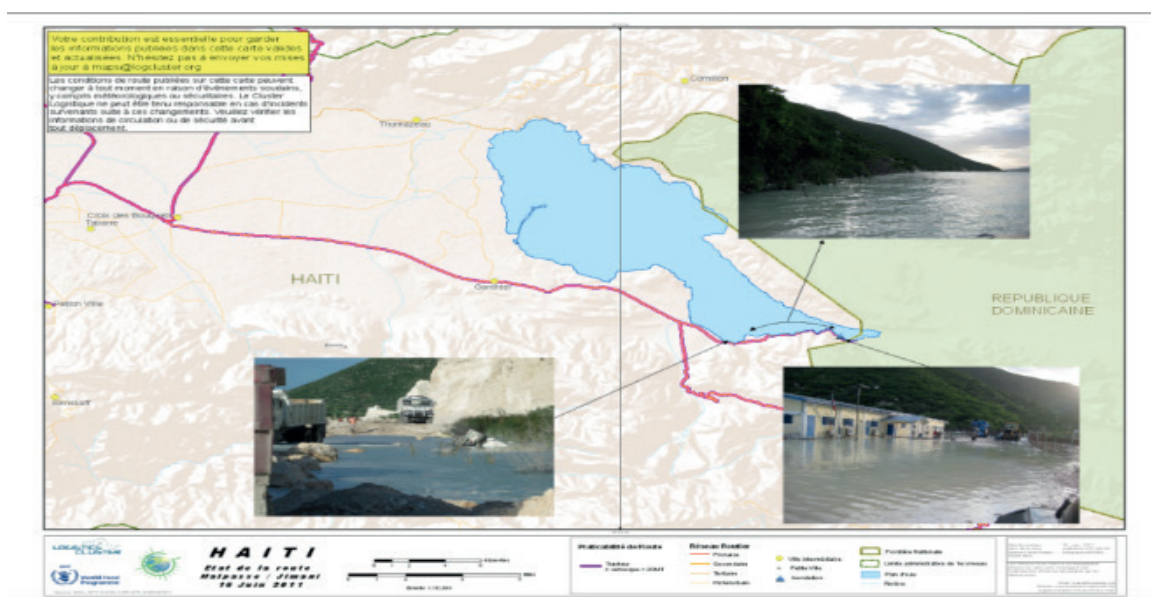


Figura 1. Situa o da rodovia de Malpasse-Jimaní  
 Fonte: GAUL; WFP; GLCSC; ESRI; DPC; MINUSTAH (2011).

Segundo Hidalgo (2013), outros aspectos de problematiza o que acontecem na fronteira são a confusão e os conflitos que emergiram e têm o seu ponto de partida na ausência de regulamentos concebidos para abordar a realidade desse espaço. Tal fato ocorre mesmo diante de evidente fluxo comercial, da intera o das comunidades e da participa o nos padrões regionais de integra o, pois a República Dominicana e o Haiti não implementaram mecanismos regulatórios nem a facilita o de negócios.

Em seguida, os problemas em Jimaní são questões de imigra o de cidadãos haitianos, o tráfico de pessoas, de armas e de drogas, problemas que ocupam a maior parte do tempo e esforço das autoridades, do Ministério das Forças Armadas, do Departamento de Polícia e do Interior, do Centro de Especializa o de Segurança das Fronteiras (CESFRON), da Dire o Nacional de Controle de Drogas e da Dire o Geral da Migra o. Isso se deve   localiza o estratégica do país e especialmente   do município de Jimaní, tornando-se um território cobiçado para aqueles engajam em

atividades ilícitas. Portanto, é o lugar preferido dos haitianos que entram na República Dominicana na busca de uma vida melhor e de práticas de atividades comerciais na fronteira (PMDJ, 2016).

A ênfase dessa agenda de fronteira passou a restringida à relação geopolítica binacional entre 1936 e 1990, cujos sinais podem variar em função dos governos e dos fluxos migratórios, severamente controlados por ambos os Estados e, em particular, por altas patentes militares. Dessa forma, a inquisição de segurança ocupou um papel predominante qualitativa e quantitativamente. Essa agenda passou a ser aumentada devido à abertura do conteúdo econômico, enquanto a segurança começou a se relacionar mais com as novas questões de tráfico de drogas e terrorismo, em conexão direta com a falência das instituições militares e paramilitares do Haiti (ALFONSO, 2005). A Figura 2 mostra a militarização da fronteira da República em Jimaní.



Figura 2. Entrada da fronteira Jimani-Malpasse/Fonds-Parisien

Fonte: Alamy Stock foto (2010).

Todavia, há gestão e de controle estabelecido pelo Estado dentre do limite dessa jurisdição do território. A faixa de fronteira é construída com visões bem definidas no decorrer da história, tanto entre a política entre os Estados nacionais, com a delimitação de soberania do poder central, quanto do espaço vivido e das interações entre populações nas áreas de fronteiras (FERRARI, 2014). De acordo Alfonso (2016), com o processo de abertura e fechamento da fronteira, o fluxo de pessoas, sobretudo da população haitiana que atravessa a fronteira, é descontrolado. Nesse contexto, a significação da preservação dos pontos básicos de qualquer agenda de fronteira, ou seja, de investimento, de segurança, de migração, de comércio, e do meio ambiente, ganha ênfase em oposição ao interesse das inquisições geopolíticas, estratégicas e comerciais entre os Estados.

## FRONTEIRA: LUGAR DE INTERAÇÃO E DE TROCAS DE MERCADORIAS ENTRE

## JIMANÍ E MALPASSE/FONDS-PARISIEN

A construção de um modelo de fronteira é uma atividade perigosa em virtude da complexidade dos objetos, das transformações do território e do espaço geográfico. Portanto, as fronteiras podem evoluir em suas formas espaciais e em suas funções por meio de uma linha fixa permutada numa rede de controle construída sobre todos os pontos de entrada do território nacional, permitindo um acompanhamento dos movimentos e dos caminhos (RETAILLÉ, 2011). Essas inquietações dos Estados sobre o controle do movimento contradizem o aumento quantitativo no fluxo de bens materiais e imateriais que transitam na fronteira, tais como: realocações e deslocamentos, cadeias globais e fluxos humanos que acompanham o crescimento das principais regiões, as áreas metropolitanas e seus requisitos combinados de mão de obra altamente qualificada e não qualificada. Portanto, esse resultado apresentado pode ser usado como uma contradição entre abertura e controle.

Cabe observar que tais práticas de atividades de desenvolvimento econômico da região de fronteira possuem consequências sociais, demográficas e econômicas, de tal modo que as cidades fronteiriças ainda ocupam um lugar excepcional, tornando-se ainda mais atrativas (MACIAS, 2004) pela população estabelecida na fronteira. Portanto, esse limite territorial, que passa a ser exibido nos postos de controle, localizado a alguns metros da fronteira entre a cidade de Jimaní e o posto de fronteira de Malpasse/Fonds-Parisien, é uma faixa simbólica dando lugar a uma vida cotidiana nas relações de trocas de mercadorias (REDON, 2010). O município de Jimaní mantém relações comerciais com diversas comunidades da República do Haiti, como Malpasse/Fonds-Parisien, Gantier, Fonds-Verrettes, Porto Prince e com os municípios de Duvergé, Descubierta, Neyba, entre outros (PMDJ, 2016).

Nesse contexto, essa faixa de fronteira entre os dois Estados representa 51% da passagem de mercadoria da República Dominicana. Essa parte da fronteira é muito povoada do lado haitiano, mesmo que não haja cidade próxima a ela, mas há duas localidades que vivem do contrabando, do comércio ilegal e informal de mercadorias e da exploração de areia, como a cidade Fonds-Parisien, a 10 km da fronteira de Jimaní. E essas práticas de atividades comerciais funcionam particularmente de segunda-feira a sexta-feira na fronteira (HIDALGO, 2013).

A região de fronteira de Jimaní e o posto transfronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien, chamados por seus povos de “terra de ninguém”, são o lugar onde são feitas informalmente as operações de negócios mais relevantes, denominado pelos governos de mercado Binacional. Esse mercado conduz suas operações a céu aberto, em vans, mesas improvisadas e lojas dos quais participam centenas de pessoas no mercado transfronteiriço. Essas pessoas comercializam produtos como detergentes, açúcar, café, sal, óleo, farinha, feijão, arenque, bacalhau, legumes, sardinha, roupas, perfumes, sapatos, carteiras, cosméticos, joias, salsichas, bananas, batata-doce, mandioca, pèpès, frango, carne bovina, produtos enlatados, entre outros.



Trata-se de um mercado caracterizado pela interação de dominicanos e haitianos, falantes de duas línguas diferentes (espanhol e crioulo haitiano) (HIDALGO, 2013). Por meio dessas atividades desenvolvidas na fronteira, grandes partes das pessoas de ambos dos Estados deslocam-se para comprar e vender bens e serviços no mercado transfronteiriço de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien, um dos pontos mais dinamizados e movimentados da circulação do sistema econômico do Haiti com o Estado vizinho.

O mercado da cidade de Jimaní e o posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien atua com taxas muito altas de insalubridade, já que se observa a venda de produtos, frutas, legumes e verduras colocadas no chão e expostas ao sol e à poeira ao longo do dia. Nesse mercado, as donas de casa do município de Jimaní se reúnem todos os dias em busca de obter os produtos da cesta básica a um custo menor e também de roupas e calçados de *pèpès* baratos. É um negócio estabelecido em grande parte por cidadãos haitianos (PMDJ, 2016). Esse mercado estabelecido na fronteira oferece uma grande oportunidade para ambas as populações. O potencial de troca comercial apresentado pela cidade de Jimaní e pelo posto de Malpasse/Fonds-Parisien gera grande volume de vendas para os haitianos e traz importante benefício para a população fronteiriça.



Figura 3. Comerciantes e compradores no mercado fronteiriço de Jimani e Malpasse.

Fonte: PMDJ (2016).

Fonte: Alamy Stock foto (2010).

Para Alfonso (2016), as práticas de atividades comerciais estabelecidas na fronteira padecem de uma ausência crônica de institucionalidade e normatividade. Não há políticas estatais integracionistas, nem mesmo acordos binacionais específicos sobre as atividades praticadas na fronteira, tais como de comércio, investimentos, migração, segurança ou de recursos ambiental. No lado dominicano, a institucionalidade é fraca e não há nada semelhante a um regime legal de fronteira. No entanto, no lado haitiano, a situação é ainda mais dramática, e a faixa de fronteira aparece como um verdadeiro deserto institucional. De fato, as regionalizações ocorreram da atividade de mercado ou empurradas por instituições locais cujo escopo foi limitado por ambientes adversos.

Nessa atividade desenvolvida na região de fronteira, segundo Raffestin (1993), a demarcação ocorrida entre os dois Estados pode facilitar o exercício das funções legais e o controle fiscal. Com efeito, a linha fronteira adquire diferentes significados segundo as funções do investimento. Todavia, uma função legal delimitou uma área no interior na qual prevalecia um conjunto de instituições. Desse modo, o comércio que se desenvolve na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana usa o espaço de diversas particularidades, tanto formal e informal. Para Redon (2010), esse tipo de relação comercial não é um fenômeno mais recente que evolui com a situação política e econômica. Portanto, a troca de mercadorias atuais praticadas na fronteira é de caracterização multifacetada, improváveis de quantificar e coexistem com um conjunto de comércio legal e ilegal, de comércio formal e informal estabelecidos na fronteira. Dessa forma, Bourgeois (2016) argumenta que essa dimensão da unidade de atividade do comércio e de seu funcionamento em vinculação à lei, apresentado duas linhas de atividades comerciais entre formal e informal na fronteira da República Dominicana, extensivamente distribuídas por parte de toda a população.

Nesse contexto, essas atividades informais são geralmente relevantes para as transformações por meio das relações de produção, particularmente para as quais promovem as atividades de emprego, prejudicam a dinâmica interna e da vida cotidiana e também o processo de reprodução da força de trabalho, associando-se às inquisições, como o uso de espaços públicos por atividades comerciais. Para Foucher (1991), uma função fiscal garante renda ao Estado, cobrando impostos sobre transações comerciais e vistos de faturamento para o movimento de pessoas. No entanto, a razão para a ausência de fronteiras é, no campo econômico, cortar os limites tarifários, os obstáculos a um mercado fluido em virtude dos custos adicionais que eles impõem. Assim, a função de controle se vincula à circulação de pessoas por meio da política de vistos, na ausência de acordos de reciprocidade, e regimes específicos de facilitação podem ser concedidos a populações fronteiriças.

Portanto, a circulação de produtos nos mercados fronteiriços reduz a capacidade de coletar receita e de implementar uma política comercial porque não há controle sistemático sobre o que está acontecendo em toda a fronteira. Esses mercados são um meio mais eficaz para os exportadores/importadores contornarem as alfândegas e, assim, evitem o pagamento de taxas. Geralmente, isso foi feito para atomizar a mercadoria de fronteira: dividir um grande volume de mercadoria entre várias pessoas para transportá-las, contrabandear através da fronteira e, em seguida, recombina as mercadorias em vans ou caminhões de tamanho médio através da zona fronteira. Esses produtos podem, então, ser transportados em todo o país e vendidos sem pagamento de impostos pelo serviço aduaneiro.

Conforme relatado e registrado pelo governo dominicano, dados mostram que o Haiti registra 29% de importações por via terrestre; as importações por via marítima são de 60%; e 20% ocorrem por via aérea, em um valor estimado de US\$ 300.000 a US\$ 600.000. A porcentagem de importações terrestres é menor porque Malpasse/

Fonds-Parisien é um lugar onde as importações facilitadas e informais mais densas entram no Haiti e, também, pela potencial fraude no serviço aduaneiro.

Os fluxos de mercadorias que cruzam a fronteira Malpasse/Fonds-Parisien-Jimani foram estimados em US\$ 565 milhões. Isso pode ser explicado pela proximidade com a cidade Porto Príncipe, onde há uma concentração de empresas manufatureiras. Porém, 40% delas são registradas pela Alfândega do Haiti, e a maior demanda do consumidor é representada por insumos de fabricação, resultando um volume de importações relativamente maior que os 60%, de modo que grandes partes dessas importações facilitadas são destinadas a roupas e vestuários (CFI, 2016). Esse fluxo de comércio ilegal ou informal que circula na fronteira representa um déficit muito grande para a economia haitiana, uma vez que o Estado não tem o controle dessas mercadorias. Enquanto isso move a economia urbana e permite à população responder às necessidades de sua família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou discutir a abordagem sobre as zonas transfronteiriças por meio da delimitação territorial entre a cidade de Jimaní e o Posto fronteiriço de Malpasse/Fonds-Parisien. A fronteira é um lugar onde as duas populações compartilham suas vivências econômicas, políticas e de práticas socioculturais. Como a fronteira de Jimaní e Malpasse é um dos principais postos fronteiriços que correspondem a mais da metade do comércio entre os dois países, o Estado deve tomar medidas necessárias para proteger e controlar o fluxo de mercadorias que transitam pela fronteira. Porém, esse tipo de comércio praticado na fronteira e a relação comercial mantida entre os dois Estados perfuram a percepção da territorialidade nacional, reforçando a unidade geográfica do território da ilha. Tais atividades ajudam a transformar a realidade da fronteira de um perigo para uma promessa econômica. Essa vantagem e esse equilíbrio reverberam em favor da República Dominicana, devido à fraqueza logística e estrutural do território haitiano, além de os pontos de acesso para transporte de mercadorias serem porosos. Esses mercados binacionais negociam desproporcionalmente os bens dominicanos, gerando certo desequilíbrio geográfico, mas que evidencia uma interdependência benéfica entre os dois países.

## REFERÊNCIAS

ALFONSO, Haroldo Dilla. La regionalización precaria en la frontera dominico/haitiana. Ed. Si Somos Americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v.16, n.º.1, p.15-41, 2016.

ALFONSO, H. D.; DE JESUS CERDENO, S. De problemas y oportunidades: intermediación urbana fronteriza em República Dominicana. **Revista Mexicana de Sociología**. México (DF), v. 67, n.º.1, p. 99-126, ene/mar. 2005.

ANCEL, Jacques. **Géographie des frontières**, Paris, Gallimard, 1938.

- CATAIA, Márcio. **Fronteiras: territórios em conflito**. In Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279-318, 1997.
- FERRARI, Maristela. As noções de fronteiras geográficas. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.
- FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontières**. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.
- GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, 1975.
- HIDALGO, Visnú Rafael Almonte. Estudio de la problemática de transporte transfronteiriço en Jimaní. **Revista: Vimont**, srl. República Dominicana, 2013.
- MACIAS, Marie-Carmen. Évolution de l'enclave frontalière de la basse Californie de la zone libre au libre-échange. **Cahiers des Amériques Latines**, v. 47, p.88-108, 2004.
- MEZZADRA, Sandro. Dossiê: Migrações e fronteiras. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 11-30, 2015.
- PMDJ – PLAN MUNICIPAL DE DESARROLLO JIMANÍ. **Pueblo de dos lagos, comercial, solidario y de paz, 2016-2020**. Disponível em: <http://sismap.gob.do/Municipal/uploads/evidencias/636172249029782420-PMD-JIMANI.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.
- RAFFESTIN, Claude. Eléments pour une Problématique des Régions Frontalières'. In: RAFFESTIN, Claude. **L'Espace Géographique**. Université de Genève, Paris, n. 1, p. 12-18, 1974.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Editora Ática: Cortesia. Paris, 1993.
- REDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti / République dominicaine à l'aune de la frontière. **Bulletin de l'Association de géographes français**. v. 87, n° 3, p. 308-323, 2010.
- RETAILLE D. La transformation des formes de la limite. **Journal of Urban Research**, 2011. Disponível em: <http://articulo.revues.org/1723>&gt;. Acesso em: 15 maio de 2018.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, 2005.
- SOUZA, Edson Belo Clemente; GEMELLI, Vanderléia. Território, região e fronteira: Análise geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai. 2011. **Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p.101-116, Brasil, 2011.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Thaislayne Nunes de Oliveira:** Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### C

Campo 7, 8, 9, 10, 11, 21, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61, 62, 63  
Camponeses 6, 36, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 78  
Capital 7, 9, 16, 17, 30, 33, 39, 41, 44, 45, 49, 50, 52, 83, 84, 89, 90, 91, 93, 94, 108, 109  
Capitalismo 2, 39, 48, 52, 79, 82, 85, 90  
Capitalista 38, 47, 48, 49, 52, 54, 79, 92, 107  
Cidades 2, 12, 15, 17, 19, 27, 30, 39, 73, 78, 79, 80, 81, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 107  
Conflito 16, 23, 28, 31, 33, 34, 35, 46, 49  
Consumo 6, 42, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 82, 83, 84, 98, 107

### D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 29, 39, 41, 48, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 69, 73, 74, 76, 77, 80, 86, 88, 89, 92, 93, 98, 101, 102, 107, 108  
Desigual 39  
Desigualdade 83, 84  
Dialética 36, 37, 46, 73  
Dialético 41, 48

### E

Econômico 4, 16, 18, 19, 20, 21, 33, 50, 60, 73, 75, 82, 88, 89, 90, 106, 107  
Educação 7, 11, 16, 36, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 63, 70, 71, 81, 84  
Energia 1, 3, 6, 9, 10  
Eólica 3, 9, 10  
Eólicos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10  
Espaço 2, 4, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 29, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 56, 61, 63, 64, 72, 73, 76, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 94, 96, 97, 104, 106, 108, 110  
Estado 2, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 31, 34, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 107, 109

### F

Família 2, 6, 10, 22, 47, 48, 59, 60, 63, 89, 110  
Familiar 47, 48, 57, 59  
Familiares 6, 51, 59, 62  
Fronteiras 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 40, 55, 61, 102  
Futuro 6, 87, 95

### G

Geografia política 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 69, 70  
Geográfico 1, 9, 16, 19, 22, 44, 46, 61, 64  
Geopolítica 13, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 71

Global 1, 9, 10, 31, 36, 37, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 73

Globalização 8, 9, 16, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 47, 55, 64, 71, 74

## I

Idosos 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Imobiliária 97, 98, 105, 107

Indígenas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 87

Industrialização 72, 73, 78, 92

## L

Local 1, 9, 10, 12, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 57, 58, 59, 87, 92, 94, 102, 107

## M

Memória 56, 58, 61, 62, 63, 64, 70, 71

Mercado 19, 20, 21, 29, 30, 33, 76, 77, 78, 84, 89, 97, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108

Mercadoria 12, 16, 19, 21, 48, 74, 75, 76, 82

Metrópole 89

Movimentos 3, 16, 19, 27, 30, 31, 36, 37, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109

## N

Nacionais 12, 13, 18, 36, 37, 41, 59, 63, 71

Nacional 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 28, 49, 53, 57, 61, 70, 71, 72, 78, 82, 92, 95, 99, 106

Natureza 3, 15, 23, 39, 43, 46, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 75, 90, 106

## P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 14, 51, 109

Pobreza 1, 2, 7, 30, 73

Política 2, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 21, 24, 25, 31, 43, 46, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 100, 110

Progresso 1, 2, 3, 6, 96

## Q

Quilombolas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 55

## R

Reestruturação produtiva 97, 98, 106, 109

Regional 1, 2, 24, 25, 48, 87, 93

Relações 12, 13, 15, 16, 19, 21, 27, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 61, 63, 74, 75, 83, 86, 95, 97, 99, 104, 107, 108

## S

Seres humanos 38, 47, 64

Ser humano 39, 45, 46, 62, 73, 76, 80

Sociais 3, 6, 10, 16, 19, 23, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 62, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 81, 82, 83, 86, 104, 108, 110  
Social 1, 2, 3, 10, 16, 23, 29, 30, 31, 39, 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 98, 101, 107, 108, 110  
Sociedade 5, 7, 9, 10, 14, 30, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 90  
Socioeconômica 1, 10, 43, 57, 60, 81, 94  
Socioespacial 12, 13, 15, 46, 84  
Solo 3, 4, 8, 10, 61, 71  
Sujeitos 28, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 77

## T

Tecnologia 37, 38, 39, 40, 53, 90  
Territorial 1, 12, 13, 15, 16, 19, 22, 27, 36, 37, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 61, 77, 86, 93, 97, 98, 107  
Território 1, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 71, 78, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 100, 108

## U

Urbanização 54, 72, 73, 78, 83, 84, 88, 93, 95, 97  
Urbano 16, 48, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 108

## V

Valor 6, 13, 21, 33, 74, 75, 76, 102, 103  
Violência 34, 51, 72, 73, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 110



